

BENEFÍCIOS DO FAT

CORREIO BRAZILIENSE

Francisco Dornelles

7 ABR 2000

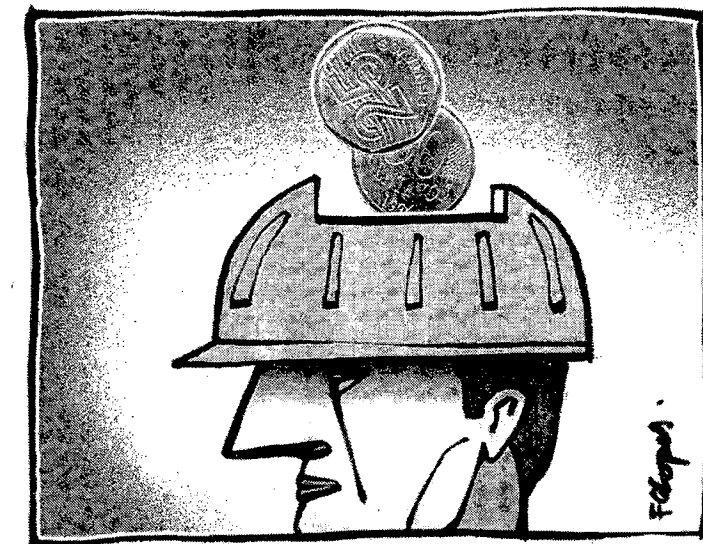
O Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAT, constitui a principal fonte de financiamento de importantes ações de proteção e promoção de emprego. Seus recursos têm origem nas contribuições patronais devidas ao Programa de Integração Social, PIS, e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, Pasp. A gestão desses fundos é feita por um conselho deliberativo, composto paritariamente por representantes do governo, de empregados e de patrões, cuja presidência é exercida alternadamente pelas partes constituintes.

O seguro-desemprego, o abono salarial, a qualificação profissional e a intermediação de emprego são custeadas pelo FAT, que também constitui fonte de recursos para programas de fomento ao trabalho e ao emprego.

No que se refere ao seguro-desemprego, foram beneficiados aproximadamente 4,2 milhões de trabalhadores somente em 1999, tendo sido despendidos aproximadamente R\$ 4 bilhões. O abono salarial, a seu turno, foi recebido por cerca de 5,4 milhões de empregados, representando desembolso da ordem de R\$ 605 milhões em 1999.

Majoritariamente custeado pelo referido fundo, o Plano Nacional de Qualificação Profissional, Planfor, realizado em parceria com estados, sindicatos e associações patronais, tem papel fundamental na melhoria da empregabilidade do trabalhador. Assim, estão previstos, para este ano, investimentos de cerca de R\$ 497 milhões para capacitar cerca de quatro milhões de pessoas.

O Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), por sua



vez, consolida-se como um dos principais instrumentos de que dispõe o governo para proporcionar crédito aos pequenos e microempreendedores urbanos e rurais. Somente neste ano haverá investimento de cerca de R\$ 1,18 bilhão, garantindo a realização de aproximadamente 124 mil operações de crédito para cooperativas, micros e pequenos empreendimentos urbanos e rurais.

Dentro da mesma orientação, foi criado o Programa Jovem Empreendedor, que visa a ampliar as oportunidades de trabalho para jovens com idade entre 18 e 29 anos, com formação de nível técnico profissionalizante ou profissionais recém-formados com até cinco anos de conclusão do curso de graduação ou pós-graduação. Para o período 2000-2003 serão realizadas 24,7 mil operações de crédito. Mais ainda, o FAT financia iniciativas de intermediação de mão-de-obra, implementadas pelos estados, por meio do Sistema Nacional de Emprego (Sine), e por uma rede de agências ad-

ministradas por centrais sindicais, objetivando a inserção produtiva do trabalhador no mercado laboral.

Outras importantes iniciativas do governo federal, como o Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador, o Proemprego II, o Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador na Região Nordeste e Norte do Estado de Minas Gerais, o Protrabalho II, e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Pronaf, são custeadas com recursos do fundo.

O Pronaf, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, contabiliza aproximadamente R\$ 3,4 bilhões distribuídos entre investimentos e operações de custeio desse programa, que beneficiará cerca de 1,5 milhão de famílias no ano 2000.

O Proemprego II, com recursos de cerca de R\$ 9 bilhões para o período 1999-2002, sob a respon-

sabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, atende demandas dos setores público e privado que resultem na criação de postos de trabalho e que contribuam para o bem-estar das populações menos favorecidas. Ao final do triênio, cerca de 1,5 milhão de novos empregos terão sido gerados.

O Protrabalho II, a seu turno, recebeu uma dotação, para o triênio 1999-2002, da ordem de R\$ 300 milhões. Empreendimentos em setores estratégicos para a alavancagem do desenvolvimento regional, e que aumentem o bem-estar do trabalhador, têm prioridade de financiamento. O agente financeiro, nesse caso, é o Banco do Nordeste.

Em janeiro deste ano, o FAT completou 10 anos de existência. O Ministério do Trabalho e Emprego aproveitou a oportunidade para realizar avaliações sobre seu desempenho, com vistas a subsidiar o aperfeiçoamento da gerência de seus recursos e medidas para melhorar sua eficácia social. Nesse sentido, contrataram-se, em processo licitatório, serviços de auditoria, externa e independente, cujos relatórios devem ser apresentados em junho próximo, e uma série de estudos, sob a responsabilidade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, sobre o impacto social das ações financiadas, especialmente o Planfor e o sistema de intermediação de mão-de-obra.

Os recursos do FAT têm sido, pois, utilizados pelo governo federal em ações que visam a melhorar o nível de vida do trabalhador brasileiro.

■ Francisco Dornelles é ministro do Trabalho e Emprego